

A CRISE DA ATIVIDADE CACAUEIRA NO CONTEXTO DO REORDENAMENTO DA ECONOMIA MUNDIAL

Jorge Chiapetti

Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC, Departamento de Ciências Agrárias e Ambientais, Rodovia Ilhéus-Itabuna, km 16, Salobrinho, 45662-900, Ilhéus, Bahia, Brasil, chiapeti@uesc.br; jorgechiapetti@gmail.com

Este trabalho pretende dar suporte a uma discussão que há muitos anos vem sendo debatida nos ambientes institucionais do sul da Bahia, que é a crise do cacau. Embora se tenha dado um peso significativo para esta crise, o aparecimento e o alastramento do fungo (*Moniliophthora perniciosa*) causador da doença “vassoura-de-bruxa”, que causa o apodrecimento dos frutos do cacau, existe um conjunto de fatores que desencadeou a crise do cacau e que não pode escapar de uma análise mais profunda, principalmente no contexto das transformações da economia mundial e da histórica subordinação do país às instituições e empresas internacionais. Entende-se que o problema que se está considerando é que a Região Cacaueira não pode ser analisada como uma realidade isolada, sem inter-relação com o território, apenas com base em dados estatísticos de aumento e diminuição da produção, mas sim enquanto elemento constitutivo da totalidade da formação territorial brasileira, que por sua vez, cumpre o papel que lhe cabe nas transformações da economia e da política mundial. O atual período da globalização e suas expressões máximas da técnica, da ciência e da comunicação ainda parecem longe de oferecer um entendimento entre a política e a economia, para que se possa pensar o novo padrão de desenvolvimento.

Palavras-chave: Política internacional, globalização, atividade cacaueira, crise econômica

Cacao farming crisis in the context of global economy reordering. This work intends to support an ongoing debate at the institutional level in southern Bahia, the cacao crisis. Eventhough this crisis is observed as one of great significance for the region; as the emergence and spread of the fungus (*Moniliophthora perniciosa*) that caused the disease “witches’ broom” also rots the cacao pods, there is a number of factors that triggered the crisis and that can not escape a deeper analysis, especially in the context of changes in the world economy and Brazil’s historical subordination to international institutions and companies. It is understood that the problem being considered is that the Cacao Region can not be analyzed in isolation, without inter-relation with the territory, just based on statistical evidence of increased and decreased production, but as a constitutive element of the entire Brazilian territory, which in turn plays a role in the transformation of global economy and politics. The current period of globalization and its highest expressions of art, science and communication still seem far from providing an understanding between politics and economics, so that we can think on a new development paradigm.

Key words: International policy, globalization, cacao-farming activity, economic crisis

Introdução

A atividade cacauera do sul da Bahia iniciou a década de 1990 com uma expressiva diminuição da produção de amêndoas, traduzindo-se em crise regional, ou seja, a crise do cacau. Esta crise causou grande desemprego na área rural, reduzindo também o ritmo e a dinâmica das atividades urbanas ligadas ao circuito espacial produtivo do cacau. Embora o elevado crescimento econômico tenha consolidado a atividade cacauera como sustentáculo da formação da Microrregião Ilhéus Itabuna, atual denominação da Região Cacauera (Figura 1) e, mesmo que o Estado com seu forte papel de dinamizador do desenvolvimento, a partir dos anos 1930, tenha viabilizado os financiamentos para a produção e os investimentos como a instalação de sistemas técnicos eficazes, que deram suporte para a reorganização, a especialização da produção e o incremento da produtividade, não foram suficientes para criar bases sólidas no enfrentamento do período de crise.

Embora se dê um peso significativo na diminuição da produção o aparecimento e/ou introdução criminosa

por ato deliberado, a partir de 1989, de um fungo (*Moniliophthora perniciosa*) causador da doença “vassoura-de-bruxa”, que causa o apodrecimento dos frutos do cacau e diminui a produção, existe um conjunto de fatores que desencadeou a crise do cacau e que não pode escapar de uma análise mais profunda.

A questão que se torna primordial para o entendimento da crise do cacau e dos caminhos possíveis para se alcançar autonomia, integração e cooperação regional, não pode escapar de uma análise do sistema econômico e político do período de maior incremento da produção (anos 1960 e 1970), principalmente do papel do Estado e suas instituições na construção de um projeto de país com base no modelo de desenvolvimento econômico orientado na expansão da economia internacional. As intervenções estatais estratégicas não produziram apenas grandes infraestruturas e instituições, mas também moldaram uma visão de mundo, isto é, um modelo de desenvolvimento e de construção de uma nacionalidade com base em um projeto de modernização o qual se denominou de “nacional-desenvolvimentismo” (Nobre, 2012, p.75), que se solidificou na sociedade brasileira como uma fé

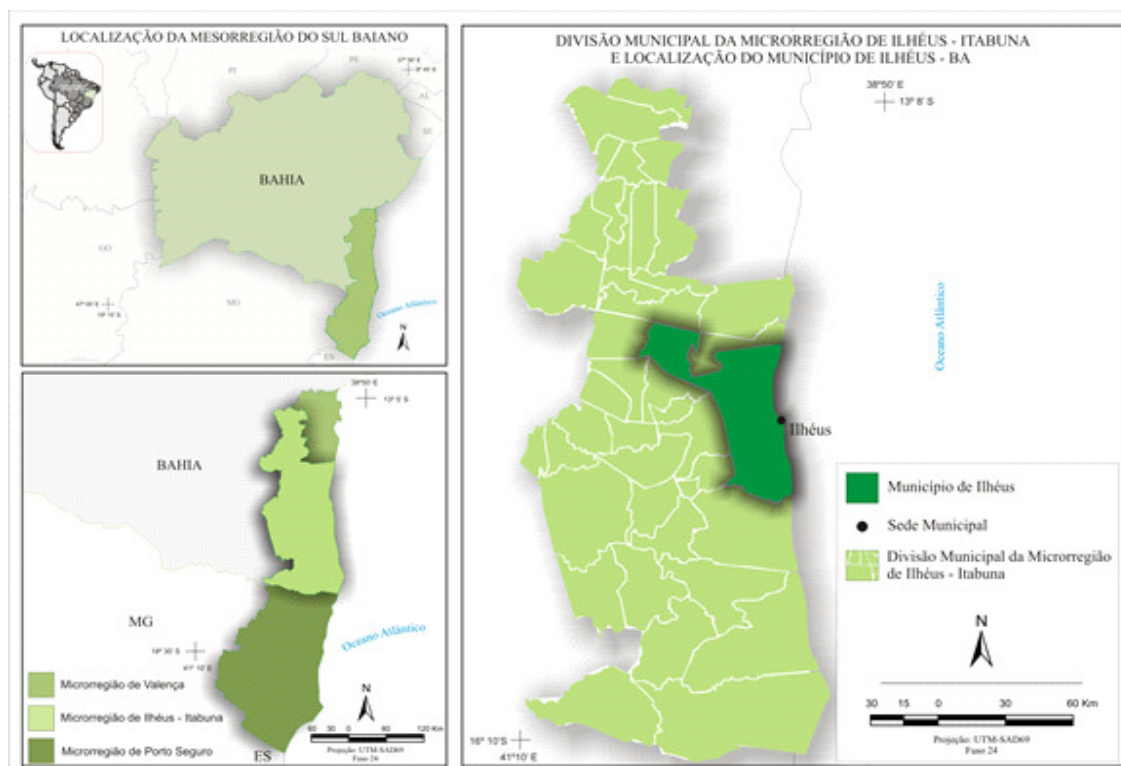


Figura 1- Localização da Mesorregião Sul Baiano, Microrregião Ilhéus-Itabuna (Região Cacauera) e o município de Ilhéus.

nacional. Sob este aspecto, o desenvolvimento econômico da Região Cacaueira traduziu em termos práticos o que a teoria da época preconizava.

Esta análise levanta elementos que subsidiam uma discussão da questão estrutural que desencadeou a crise, pois uma crise revela “contradições insanáveis na estrutura e que as forças políticas que atuam positivamente para conservar, defender a própria estrutura esforçam-se para saná-las dentro de certos limites” (Gramsci, 1968, p. 46). Tais limites são determinados exatamente pela força dos vetores verticais do sistema econômico mundial, que subordinam todo o sistema de ações no lugar, configurando-se em um desequilíbrio e, mais que isso, numa desorientação da força política e econômica do lugar, isto é, das classes, das ordens e das atividades. Esse fato tem prolongado a crise do cacau, pois desarticulou a luta social e política, que ao longo de décadas, cunhou um modo próprio de desenvolvimento para a Região Cacaueira.

O problema que se está considerando passa por dois momentos: primeiro, é que a Região Cacaueira não pode ser analisada como uma realidade isolada, sem inter-relação com o território ou apenas com base em dados estatísticos de aumento e diminuição da produção, mas sim enquanto elemento constitutivo da totalidade da formação territorial brasileira, que por sua vez, cumpre o papel que lhe cabe nas transformações da economia e da política internacional; e, segundo, o lugar se define assim, como particularidade imanente ao mundo, “num movimento interativo no qual o mundo e o lugar se fertilizam mutuamente” (Santos, 2006, p. 124). “E são, pois, os eventos que unem, em movimento interativo, o mundo e o lugar, a universalidade e a particularidade, e que, empiricizando o mundo nos lugares, transformam o todo, que é uma integral, em seus diferenciais” (Kahil, 2009, s.p.). Portanto, o lugar não pode ser tratado como um fragmento, ele é a própria totalidade em movimento que, através dos eventos, realiza-se e se contradiz, produzindo um subespaço global (Silveira, 2002). Sendo assim, esse período de crise não é simples fruto do acaso. É uma opção política que resulta tanto de uma complexa transição estrutural com um reordenamento nas relações entre os centros políticos e econômicos de poder mundial, como de uma incapacidade que demonstraram os governos de reformar o sistema de controle e das transações internacionais.

Dentro deste contexto, entender a crise da atividade cacaujeira no contexto das mudanças da economia mundial, torna-se fundamental e importante para se compreender e superar, no lugar, as consequências das transformações estruturais da economia mundial iniciadas nos anos 1970, principalmente, com as modificações da política monetária, as quais ocasionaram uma retração de crédito no sistema financeiro internacional, impondo o fim do cenário externo de financiamento favorável aos países do terceiro mundo, o que comprometeu o processo de crescimento econômico do Brasil e, consequentemente, a falência do modelo “nacional-desenvolvimentista” como projeto de desenvolvimento nacional.

Harvey (2005) aponta este período de crise como uma fase de transição de um padrão de acumulação capitalista rígido, o fordismo e suas forças produtivas, aos novos modos de acumulação do capital, a “acumulação flexível”. Para Chesnais (1996) este período significou um novo regime de acumulação capitalista mundial, um novo patamar do processo de internacionalização do capital, com características próprias e particulares, se comparado com etapas anteriores do desenvolvimento do capitalismo.

Acompanhando à sua maneira o movimento do mundo, o ajuste às novas determinantes do sistema econômico mundial foi iniciado no Brasil com sucessivos planos de ajuste econômico nas décadas de 1980/90. Mas foi com o Plano Real¹ que além de controlar a inflação e produzir uma estabilidade econômica, é que se estabelecem novas relações e regras na política e na economia, agora não mais modeladas pelo antigo projeto de desenvolvimento do país, o “nacional desenvolvimentismo”, onde as instituições tinham a hegemonia das decisões, mas sim modeladas em novas configurações de

¹Entre os vários planos de ajustes econômicos, elaborados a partir dos anos 1980 no Brasil, o Plano Real, implantado em junho de 1993, foi uma combinação de medidas políticas e econômicas para conter a hiperinflação, sendo as principais: a criação da Unidade Real de Valor (URV), uma nova moeda que depois passaria a se chamar de Real; elevação da taxa básica de juros, que chegou a 50 % ao ano; redução de gastos públicos; intensificação do processo de privatizações; diminuição das alíquotas de importação de diversos produtos; assinatura de novo acordo com o FMI, em 1998, que impunha duras obrigações a serem cumpridas e eliminação de bandas cambiais, deixando a taxa de câmbio flutuante (livre) (Chiapetti, 2009).

subordinação e abertura econômica que alteram totalmente a lógica do desenvolvimento. O principal efeito nos ajustes foi o desmonte das instituições nacional-desenvolvimentistas e, mais lentamente, a produção de instituições flexíveis, capazes de se ajustar às novas determinantes do novo sistema mundial.

Como o ponto de partida é a sociedade se realizando, o objetivo deste artigo é discutir a crise da atividade cacaueira, na Região Cacaueira do sul da Bahia, diante das mudanças do sistema econômico mundial. Se não se pode mais utilizar as teorias do nacional desenvolvimentismo, com base na forte regulação internacional que prevaleceu até os anos de 1980, para analisar o desenvolvimento regional, o atual período da globalização e suas expressões máximas da técnica, da ciência e da comunicação ainda parecem longe de oferecer um entendimento entre a política e a economia, que se possa pensar um novo padrão de desenvolvimento. Dentro dessa perspectiva, o propósito é lançar luz para uma discussão que fortaleça uma concepção de desenvolvimento que ultrapasse os limites estreitos de crescimento econômico para podermos pensar num novo projeto civilizacional, que responda a um objetivo moral, muito além do econômico.

Dividimos esse pequeno ensaio em duas partes. A primeira trata das transformações da economia mundial e as consequências para o sistema econômico brasileiro e procura mostrar a estratégia política e econômica diante das novas relações de subordinação do Brasil ao sistema econômico mundial. A segunda parte aborda as consequências das estratégias políticas e econômicas do atual período para a região agrícola cacaueira, discutindo os principais eventos que condicionaram as transformações da atividade. Por fim, concluímos procurando demonstrar como, histórica e geograficamente, a formação territorial do sul da Bahia, sob a ideologia do desenvolvimento econômico, foi se materializando de acordo com os desígnios condizentes a cada período.

1. As transformações estruturais da economia mundial e as consequências para o Brasil

A partir do período pós-segunda guerra mundial até os anos 1980, a economia brasileira se desenvolveu com acentuado crescimento econômico, período em que o Estado, por meio da política de substituição de

importações, coordenou e acelerou o processo de industrialização, urbanização e modernização da agricultura, financiando, criando instituições e, muitas vezes, assumindo os investimentos necessários para implantar algumas atividades consideradas estratégicas, como o caso da siderurgia, do petróleo e da energia. Para Souza (2006, p. 26), “com todas as suas crises, deformações, corrupções, a República no Brasil, apenas em 50 anos (de 1930 a 1980) possibilita o crescimento da economia brasileira a 7 % ao ano”.

Mas, este dinamismo econômico se modificou a partir das transformações estruturais da economia mundial, iniciadas a partir dos anos 1970, principalmente nas políticas originadas do sistema *Bretton Woods*².

Estas transformações não só ocasionaram graves consequências para a política de financiamento da economia nacional, o que se convencionou chamar de modernização do país com base na ideologia do “nacional-desenvolvimentismo”, como impuseram novas relações de subordinação do Brasil ao sistema econômico mundial.

A primeira consequência diz respeito ao fim dos empréstimos internacionais para o Brasil, com taxas de juros baixas³ (Tabela 1).

Esse fato ocasionou uma retração do crédito no sistema financeiro internacional de capitais. “Com a súbita elevação das taxas de juros, os países latino-americanos se viram na impossibilidade de honrar o serviço de suas dívidas externas, serviço que passou a requerer, em média, a utilização de mais de 80 % de suas receitas de exportação” (Batista, 1994, p. 18).

Para o Brasil, isto significou um bloqueio da sua

²O Sistema *Bretton Woods*, cujo nome foi emprestado da cidade americana que foi cenário do acordo de 1944, foi assinado pelos 45 países mais industrializados, denominados de aliados, definindo um sistema de regras, instituições e procedimentos para regular a política econômica mundial. Sob a tutela dos EUA foram criadas instituições de regulação como: Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (mais tarde dividido entre o Banco Mundial e o Banco para Investimentos Internacionais), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

³O fim dos empréstimos com juros baixos ocorreu devido às modificações da política de financiamento internacional, em decorrência da primeira crise do petróleo em 1973 e da segunda crise em 1979, o que obrigou o Banco Central dos EUA (*Federal Reserve*) a elevar a taxa de juros do país a quase 20 % ao ano. Chiapetti, (2009).

Tabela 1 - Taxas de juros praticadas pelos EUA no mercado financeiro internacional, no período de 1968 a 1996 (% a.a.)

Período	Taxa	Período	Taxa	Período	Taxa	Período	Taxa	Período	Taxa
1968	6,75	1974	10,25	1980	20,18	1986	7,50	1992	6,00
1969	8,50	1975	7,25	1981	15,77	1987	8,75	1993	6,00
1970	6,75	1976	6,00	1982	11,50	1988	10,50	1994	8,50
1971	5,25	1977	7,75	1983	11,00	1989	10,50	1995	8,83
1972	5,75	1978	11,75	1984	11,24	1990	10,00	1996	8,32
1973	9,75	1979	12,88	1985	9,50	1991	7,21		

Fonte: Cerqueira (2003).

poupança externa, isto é, o fim do cenário externo de financiamento especialmente favorável, o que comprometeu o processo de crescimento econômico.

A crise do financiamento internacional foi seguida por um período de inflação, que acabou se transformando numa hiperinflação e desestruturou a ideia do sistema econômico nacional ou o projeto “nacional-desenvolvimentismo”, isto é, os mecanismos que até então viabilizavam o crescimento da economia brasileira perderam sua eficiência.

A segunda consequência, em grande parte decorrente da primeira, diz respeito às mudanças do sistema financeiro mundial. A partir do fim da hegemonia dos EUA, nos financiamentos internacionais, houve uma integração dos sistemas financeiros da Europa e, novas formas de subordinação foram impostas aos países dependentes de crédito que, de acordo com Furtado (1992, p. 29), desestruturaram todo o sistema econômico nacional.

A perda do controle dos fluxos de liquidez internacional pelos bancos centrais e a rápida integração dos sistemas monetários e financeiros deram origem a uma situação nova em que a própria ideia de sistema econômico nacional passou a ser apresentada como anacronismo.

É o que afirma Chesnais (1996, p. 252), sinalizando dois fatores que deram origem à integração ao sistema financeiro europeu. O primeiro foi o enfraquecimento do poder de intervenção da política monetária dos Bancos Centrais. O segundo e, em consequência do primeiro, foi a eliminação dos entraves bancários que condicionavam a criação de créditos, como: limites para descontar títulos emitidos e controle sobre o câmbio e o movimento de capitais. Com o enfraquecimento do poder dos Bancos Centrais se estabeleceu um mercado privado interbancário que, sem reservas obrigatórias, proporcionou uma “milagrosa multiplicação do crédito”.

Para os países do terceiro mundo, em que os

créditos internacionais eram os únicos recursos de capital para financiar o seu desenvolvimento, restou como alternativa buscar créditos no mercado de capital rentista europeu.

Os euromercados internacionalizaram a economia de endividamento, verdadeiro câncer da economia mundial. Sua formação é o primeiro passo, sem dúvida o mais decisivo, de um processo que colocou, primeiro os países do Terceiro Mundo, e hoje o sistema mundial como tal, à mercê do capital rentista (Chesnais, 1996, p. 251).

Chesnais (1996) afirma, ainda, que outro fator importante para essa mudança do sistema econômico mundial foi a queda constante da rentabilidade do capital investido na indústria. Com a diminuição da rentabilidade do capital, os detentores do grande capital buscaram outras formas puramente financeiras de valorização e a formação dos euromercados ofereceu possibilidades de rentabilidade sem precedentes.

A verdade é que, quando em 1982 estourou a crise da dívida do Terceiro Mundo, com a incapacidade do México de cumprir os pagamentos, não houve nenhuma crise bancária. [...] Assistimos então, entre 1982 e 1984, à constituição de “comitês de credores”; à elaboração de planos de reescalonamento das dívidas; à criação de um mercado secundário da dívida estatal (Chesnais, 1996, p. 252).

Essa situação submeteu os países do terceiro mundo, ainda mais, às “políticas de ajuste de corte neoliberal impostas pelos credores, pelos organismos internacionais e pelos governos centrais, em troca da renegociação de suas dívidas e do retorno ao sistema financeiro internacional” (Fiori, 2007, p. 51).

Nesta nova visão neoliberal, a gestão da economia nos países do terceiro mundo seguiu com receitas encomendadas pelos “economistas de plantão”. Segundo Moraes (2006, p. 12), “no período que vai da chamada ‘crise da dívida’ até o início da década de 1990, cerca de meio milhão de programas de ajuste foi aplicado à meia centena de países”.

Para Chesnais (1996, p. 299), as premissas da visão neoliberal podem ser analisadas na dívida privada do Terceiro Mundo, que:

somente depois que foi forjada, juntamente com o mercado de eurodólares, uma liberdade de ação quase total em relação ao enquadramento do crédito pelos bancos centrais, é que o sistema bancário internacional pode incentivar os países em desenvolvimento a contraírem, junto a esse mesmo sistema, uma enorme dívida privada.

Com efeito, diante destas reestruturações impostas pelos agentes internacionais, segundo Batista (1994), o Brasil passou por uma crise sem precedentes na sua história e, na década de 1980, sua dívida externa quadruplicou, passando de 3,4 bilhões de dólares, em 1964, para 70,98 bilhões, em 1980, o que ocasionou os mais altos índices inflacionários e, conseqüentemente, uma grave crise financeira do setor público, imposta pelos encargos da dívida.

Como medidas de contenção, o governo cortou despesas e subsídios, aumentou os impostos e elevou a produção de produtos exportáveis, que com o fim dos empréstimos favoráveis dos EUA, tornou-se a principal fonte de entrada de recursos para o Estado. Definitivamente, o ciclo de crescimento da economia brasileira com base no projeto nacional-desenvolvimentista começou a se encerrar quando os empréstimos internacionais se tornaram mais escassos e caros. Com o fim da entrada dos dólares dos empréstimos, o governo do Brasil vislumbrou a exportação das *commodities* como alternativa ao incremento na entrada de dólares.

2. As conseqüências das transformações da economia mundial no contexto regional do Sul da Bahia, ritmado pela atividade cacauera

A decisão de investir na produção de produtos exportáveis tem uma relação direta com a atividade cacauera, pois como uma *commodity* de exportação, mesmo diante da crise mundial, que já dava sinais de mudança do padrão de desenvolvimento, o sistema da atividade cacauera foi amplamente beneficiado, com a implantação do Programa PROCACAU (1976 a 1985), recebendo volumosos empréstimos subsidiados, o que despertou no cacauicultor, tanto para o aumento da produtividade com o uso intensivo de insumos, como para o aumento da área plantada com cacau.

Assim é que, a exportação de *commodities* passou

a ser uma alternativa no equilíbrio das contas externas do país. Esse fato é facilmente identificado nos discursos do diretor da CEPLAC, na época.

Para Vieira (2002, p. 165):

o PROCACAU, ao que se têm notícias, foi o único projeto agrícola brasileiro da época que teve publicada a sua programação, as suas metas, os recursos, etc., seja no seu início, nas suas avaliações e correções de metas e também no seu final, todas também aprovadas pelas autoridades.

Segundo a análise do professor Wilson Nascimento Barbosa, da Unicamp, citada por Huertas (2007, p. 131):

O governo Geisel (1974-79) agiu como se a crise mundial não existisse e mandou tocar o motor da economia, subestimando a capacidade exportadora nacional ao não enxergar o contexto mundial e pegando o máximo possível de dinheiro emprestado, para tentar produzir o máximo, sem pensar no amanhã.

O fato é que a produção de cacau, junto com o café e o açúcar, eram os principais produtos na pauta de exportação do Brasil e, a partir da década de 1970, diante do aumento da taxa de juros dos créditos internacionais e da dificuldade de obtenção destes créditos, devido à crise do financiamento internacional, o governo brasileiro passou a equilibrar seu *déficit*, obtendo maior ganho possível de divisas, com o aumento de exportações das *commodities*.

Assim, a formação territorial brasileira foi acompanhando, à sua maneira, o movimento do mundo, convivendo com o que lhe foi solicitado. Se “ontem, foi o planejamento estatal com substituição de importações; hoje, é o ajuste estrutural (ou terapia de choque) e a especialização do mercado voltada para a exportação” (Wallerstein, 2002, p. 174).

No Brasil, para quem o ano de 1992 foi apontado como o ano mais crítico do período da crise, em que o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou decréscimo de -1 %, sempre de acordo com as premissas do pensamento neoliberal, vários planos de ajustes econômicos continuaram sendo elaborados na tentativa de equilibrar a economia, mas agora sob a batuta do Consenso de Washington, que preconizou, por um lado, o Estado mínimo, minando o conceito de Nação e, por outro, a total abertura para a importação de bens e serviços e capitais de risco (Batista, 1994).

Para Batista (1998, p. 124), os planos traçados sob a influência das ideias delineadas pelo Consenso de Washington se caracterizam como uma agenda da integração subordinada.

A agenda da integração subordinada passou pela negociação de acordos, para a dívida externa nos governos Collor e Itamar. Estes permitiram levantar a moratória que vinha da década de 1980, aceitando-se as regras estabelecidas para as negociações com os bancos comerciais - o chamado Plano Brady - e com o Clube de Paris. Nos primeiros anos da década de 1990, antes mesmo da conclusão dos acordos, o Brasil voltou a ter acesso aos mercados financeiros externos, depois de um período de seca. Isso aconteceu porque a liquidez internacional se expandiu, as taxas externas de juros caíram e o Brasil pode abrir um novo ciclo de endividamento. Refinanciou com capitais novos as obrigações externas já existentes e, nesse contexto, adotou a agenda do Consenso de Washington.

A economia da Região Cacaueira do sul da Bahia, historicamente formada segundo o modelo econômico agroexportador, fortalecida e legitimada pelo “leme” das instituições, nas quais o crédito subsidiado e os incentivos governamentais (vide o PROCACAU) sempre foram tomados como fundamento básico e incentivador das relações de produção, inicia seu período de crise, pois a alteração dos mecanismos de financiamento favoráveis e a consequente queda na oferta de crédito agrícola, no final da década de 1980, transformaram-se num “duro golpe” para a economia regional e, consequentemente, numa quebradeira geral dos empreendimentos da cacauicultura.

A atividade cacauceira, nesta fase, passou por grandes transformações, pois desde o período denominado de “revolução verde”, o crédito sempre foi o orientador dos investimentos na atividade, isto é, o aumento da produção se dava com a adoção de tecnologias produtivas denominadas “modernas”, mas dependentes de insumos estratégicos que compunham o “pacote tecnológico” (um conjunto de técnicas inovadoras como correção de solo, fertilizantes, combates a pragas e uso de máquinas modernas), tudo isto viabilizado pelo crédito rural, amplamente acessível e subsidiado desde o Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek. Toda essa conjunção de mecanismos internacionais e interesses do Estado, no exercício das políticas econômicas, reafirmaram o crédito como um fundamento básico na condução da atividade cacauceira.

Acontece que, historicamente, não só os cacauicultores, mas os produtores rurais na sua totalidade conduziram seus negócios “acostumado ao crédito fácil e subsidiado”, o que vantajosamente lhes permitia uma superacumulação. Mas, esta situação mudou a partir de meados dos anos 1980, com a “crise da dívida” e a consequente diminuição da oferta de crédito externo, o que culminou com o “esgotamento do padrão de crescimento e o desmonte dos mecanismos articuladores do processo de desenvolvimento” (Brandão, 2007, p. 151), tirando a “autonomia” aparente do Estado, na condução da economia nacional, como provedor de crédito (Tabela 2).

Esta nova situação interrompeu o crescimento econômico, até então planejado para a Região Cacaueira do sul da Bahia, mas que não foi percebido de imediato pelo produtor de cacau, o qual continuou com a mesma dinâmica de produção, ou seja, na falta dos empréstimos governamentais mobilizou capitais próprios na condução da atividade, na esperança de “dias melhores” e, consequentemente, descapitalizando-se. Em decorrência disso e somado aos efeitos decorrentes da adoção e imposição de uma política neoliberal, os consecutivos planos nacionais de ajuste econômico que, além de acabar com os subsídios no financiamento para a agricultura, elevou em demasia os custos desta, o que dificultou a adoção de tecnologias produtivas.

Se por um lado o Estado conseguiu seu objetivo para aliviar seu *déficit*, por outro o produtor de cacau foi vítima da falta de visão estratégica do Estado e o que parecia um momento de expansão da atividade, com o apoio do Programa PROCACAU, posteriormente se transformou numa grande crise de produção, tanto que os dirigentes políticos da época não conseguiram a aprovação da segunda fase deste Programa. Esse foi o primeiro grande golpe que deu origem a grande crise do cacau dos anos 1990.

Como segunda consequência da crise do cacau, outro fator que contribuiu foi a diminuição do seu preço no mercado internacional, a partir do início da década

Tabela 2 - Porcentagem do crédito rural nacional concedido para o custeio do cacau na Região Cacaueira do sul da Bahia, entre os anos 1970 e 2000

Ano	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000
%	1,41	0,92	1,02	0,73	0,11	0,02	-

Fonte: Bacha (2004, p. 164).

de 1980. “O preço da tonelada de cacau, que chegou a alcançar 4.000 dólares, na safra 1977/78, diminuiu para 2.000 dólares em média, na década de 1980, e caiu para 1.200 dólares em média, na década de 1990 (as safras de 1991/92 tiveram a menor cotação de preço: 900 dólares/ton.)” (Menezes, 1993, p. 14). Como golpes de misericórdia, somem-se aos eventos do preço e da dificuldade do crédito, o aparecimento e o alastramento da doença “vassoura-de-bruxa”, a partir de 1989.

Mas, foi a partir da conjunção entre a queda da cotação dos preços do cacau e, principalmente, a diminuição da oferta de crédito subsidiado e a elevação da taxa de juros, os principais eventos que condicionaram as transformações da atividade. Com a falta de crédito para a atividade cacauaieira e os altos preços dos insumos, os produtores suspenderam a aplicação do “pacote tecnológico”, recomendado pela CEPLAC, ou mesmo abandonaram os cultivos. Como consequência, houve uma diminuição da produtividade dos cacauais, bem como uma maior suscetibilidade às pragas e doenças, como foi o caso do ataque e disseminação da doença “vassoura-de-bruxa”. Para complicar ainda mais essa atividade, podem-se acrescentar as recomendações técnicas disponíveis da CEPLAC no momento, para o controle e erradicação desta doença, as quais motivaram ações judiciais pelos produtores.

Todos esses eventos colaboram com a perda de soberania financeira da atividade e reforçam o conceito de “espaço derivado” (Santos, 1979, p. 104), em que a formação territorial tem como vetor principal uma ordem forânea que sobrepõe à ordem local, impondo transformações na circulação e acumulação de capital, culminando em uma alternância de períodos de acumulação e de crise. Assim, mesmo o Estado

viabilizando a instalação, no território, de um sistema de ações (científica e instrumental) e de um sistema de objetos (de engenharia e de transporte) ambos eficazes, que deram suporte para a reorganização, especialização da produção e incremento da produtividade, a atividade cacauaieira do sul da Bahia⁴ iniciou a década de 1990 com uma expressiva diminuição da produção (Tabela 3).

A expressiva diminuição da produção de amêndoas de cacau na Região Cacauaieira do sul da Bahia, a partir dos anos 1990, causou grande desemprego na área rural, reduzindo também o ritmo e a dinâmica das atividades urbanas ligadas ao circuito espacial produtivo do cacau: sistema de transportes, empreendimentos da construção civil, o próprio comércio urbano e o consumo, a circulação de dinheiro e, conseqüentemente, a arrecadação municipal. Tem-se nesse período a constatação de vários elementos que apontam não somente para a crise do cacau, mas para uma crise estrutural do nacional-desenvolvimentismo como projeto de país. Assim é que, a discussão da organização do sistema econômico mundial e da origem da crise global do sistema a partir dos anos 1970, nos esclarece como essa crise do capitalismo aparece como crise do “Estado de Bem-Estar”, justificando a ruptura com o paradigma da planificação de Estado e impondo políticas neoliberais de ajuste econômico para um novo ciclo de crescimento econômico, em que os lugares, mais uma vez, se reorganizam para servir como recurso, seletivamente usado pelas atividades econômicas corporativas.

⁴O estado da Bahia é responsável por 85 % das áreas cultivadas com cacau do país. Com menos expressão, a produção nacional de cacau se complementa nos estados do Pará, Rondônia, Espírito Santo, Amazonas e Mato Grosso (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, 2007).

Tabela 3 - Produção de amêndoas de cacau, no Brasil, no Norte, no Sudeste, na Bahia, no Sul da Bahia e na Microrregião Ilhéus-Itabuna (em ton.) e variação percentual (1990 a 2006)

Local	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2002	2004	2006	Variação 1990/2006
Brasil	356,0	328,6	330,6	256,8	280,8	196,8	174,8	196,0	212,3	(-) 67 %
Norte	49,7	50,6	51,0	37,9	40,5	46,9	51,7	52,6	53,7	(+) 8 %
Sudeste	6,8	12,7	7,0	14,2	4,6	11,3	11,8	7,0	9,5	(+) 39 %
Bahia	298,0	263,6	271,9	204,2	235,0	137,6	110,2	136,2	148,7	(-) 100 %
Sul da Bahia	260,4	237,1	241,0	178,1	213,1	115,4	91,4	116,4	125,1	(-) 100 %
Ilhéus-Itabuna	229,5	204,9	210,5	152,0	175,9	87,8	70,4	95,0	101,0	(-) 127 %

Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br>.

Conclusões

Ao se concluir este texto, espera-se reunir condições suficientes para demonstrar como, histórica e geograficamente, a formação territorial do sul da Bahia, sob a ideologia do desenvolvimento econômico, foi se materializando de acordo com os desígnios condizentes a cada período. Não é por acaso que nos anos 1970, em um período de pouca ebulição política, otimismo coletivo, forte solidariedade internacional, utopias sociais e valorização do preço do cacau, não se poderia criar outra coisa, senão a crença em um sistema econômico como redentor de todos os males. Essa tendência adquiriu proporções gigantescas durante as últimas décadas e ainda ressoam nas mentes dos formuladores das “doutrinas de progresso” e foi o grande impulso para o estabelecimento de uma sociedade de consumo.

Assim é que, todos os períodos de transformação da Região Cacaueira do sul da Bahia aparecem tanto na vocação racional das ações historicizadas e geografizadas como na vocação originalmente técnica dos objetos que aí vão se instalando intencionalmente e funcionalmente.

Com a crise do cacau, que se traduziu em crise regional em um ambiente de relativo desequilíbrio e ajustes da economia mundial, uma análise torna-se complexa e não pode ser realizada de forma unidirecional. Como já foi discutido, ela faz parte de vários momentos do processo histórico da formação de um território derivado, que sob o comando de uma ordem forânea vem mediando e impondo as transformações locais.

O primeiro evento que contribuiu com a crise cacaueira foi a diminuição dos preços do cacau no mercado internacional, a partir do início da década de 1980. A queda da cotação do preço do cacau decorreu, para além da conjuntura do mercado interno nacional, de modificações na estrutura global de oferta de cacau. Como a dinâmica das regiões produtoras de *commodities* agrícolas de exportação deriva de ritmos comandados pela alta ou baixa dos preços no mercado internacional, os períodos de alta de preço fazem com que a produção aumente. E foi com a alta cotação do cacau na década de 1970, que vários países da Ásia e da África incentivaram o plantio, ocorrendo uma elevação da oferta mundial de cacau e, consequentemente, dos estoques mundiais.

O segundo evento diz respeito aos efeitos decorrentes da adoção e imposição de uma política

neoliberal, os consecutivos planos nacionais de ajuste econômico e as suas consequentes reorganizações territoriais internas. Se nos períodos anteriores às rígidas normas neoliberais de ajustes de gastos do Estado, os créditos subsidiados para a agricultura foram importantes para a modernização da atividade e sua dinamização, a diminuição da produtividade de amêndoas de cacau ocorreu exatamente a partir do período em que houve uma diminuição da utilização do crédito agrícola. Esta diminuição ocorreu a partir de 1990, período das dificuldades de negociação da dívida externa do Brasil, o qual resultou na interrupção do fluxo dos recursos externos e na elevação do seu custo. Fato é que após o fim do PROCACAU, em 1985, a utilização do crédito para o cultivo do cacau foi muito pequeno. A retomada da utilização do crédito ocorreu com o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira (PRLC), a partir de 1995, quando o produtor de cacau voltou a ter acesso ao crédito, mas apenas para investimento, ou seja, limitado ao plano emergencial de recuperação da produtividade e de controle da doença “vassoura-de-bruxa”, sob a tutela da CEPLAC.

Além dos eventos já citados, a associação da crise regional, acometida pela diminuição da produção de amêndoas de cacau, com o início da disseminação, criminosa ou não da doença “vassoura de bruxa”, na região, é um debate que tem prevalecido na sociedade regional. Tanto os jornais impressos como os televisivos regionais veiculam a ideia de que esta doença e a falta de técnicas de controle são os principais motivos da crise regional. Rocha (2008, p. 117) fez um levantamento das manchetes dos principais jornais regionais no período de abril a dezembro de 1989 e apontou 57 manchetes que fazem referência da relação da crise do cacau com a doença vassoura-de-bruxa.

Não resta dúvida que a doença vassoura-de-bruxa foi responsável por agravar a situação dos produtores de cacau, mas não menos que as decisões tomadas na época para levar em frente a política econômica do Estado, que entre às várias medidas de controle, ocasionaram uma mudança na política de financiamento para a atividade cacaueira, além é claro, da situação do modelo primário/exportador que, historicamente subordinado ao mercado internacional, e sob o comando das empresas transnacionais, produziu riquezas, mas os excedentes, em forma de lucros e impostos, foram drenados para fora da Região Cacaueira do sul da Bahia

e do próprio país. Sem dúvida, os vários acontecimentos que levaram a “crise do cacau” são, em grande medida, devido a uma conjunção de vários fatores, mas de modo nenhum desconhecidos da história, cada um com um significado e uma causa diferente. O grande desafio que se apresenta diante do processo de desenvolvimento regional é que o futuro já está em grande parte submetido a certas condições por decisões do passado ou mesmo por decisões do presente, mas com base em projetos de interesses de curto prazo, sem que as razões fundamentais que ocasionaram o atual estado de crise sejam levantadas e enfrentadas.

Os produtores de cacau foram vítimas da “vassoura-de-bruxa” e da conjuntura das transformações da economia mundial, mas também vítimas das “escolhas”, do Estado do fim dos anos 1970, pois o mesmo agiu como se a crise mundial não existisse e incentivou a produção de cacau e outras *commodities* para reforçar o caixa, pegando o máximo possível de dinheiro emprestado do exterior, para tentar produzir o máximo e exportar, sem pensar no amanhã. Pelo lado dos produtores, “acostumados” com o crédito, o endividamento apareceu então como uma “solução” e, por esse lado abriu as portas para uma crise que pode ser imoral no sentido capitalista, mas também foi fruto da falta de visão do milagre brasileiro.

Mas, enquanto lentamente saímos dos escombros dos acontecimentos políticos e econômicos das últimas décadas, não podemos esquecer esse trágico período da atividade cacaueira e, apesar da amplitude da crise se está convencido que, diante de uma nova realidade da economia mundial, deve-se tatear em busca de propostas alternativas ao modelo agroexportador de matérias primas e de produção, pois a falta de agregação de valor do cacau e de inovação nas práticas agrícolas da atividade cacaueira leva a produção de amêndoas a custos proibitivos. Iniciar uma nova etapa de desenvolvimento significa reconhecer que a atividade cacaueira é um dos elementos capazes de contribuir para um novo desenho de desenvolvimento com base nas especificidades regionais. Se se quiser valorizar a vocação tradicional da Região Cacaueira do Sul da Bahia é urgente encontrar saídas para estas situações.

Literatura Citada

BACHA, C. J. C. 2004. Economia e política agrícola no Brasil. São Paulo, SP, Atlas. 226p.

- BATISTA, P. N. 1994. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo, SP, Consulta Popular. Cartilha nº 7. 55p.
- BATISTA, P. N. 1998. Riscos de uma trajetória insustentável. In: Mineiro, A. dos S. et al. Visões da crise. Rio de Janeiro, RJ, Contraponto. pp.113-128.
- BRANDÃO, C. A. 2007. Território e desenvolvimento. Campinas, SP, UNICAMP. 286p.
- CERQUEIRA, C. A. 2003. Dívida externa brasileira. Brasília, DF, Banco Central do Brasil. 96p.
- CHESNAIS, F. 1996. A mundialização do capital. São Paulo, SP, Xamã. 335p.
- CHIAPETTI, J. 2009. O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado: transformações e permanências na região cacaueira da Bahia. Tese de Doutorado. Rio Claro, SP, UNESP. 205p.
- FIORI, J. L. 2007. O poder global e a nova geopolítica das nações. São Paulo, SP, Boitempo. 262.
- FURTADO, C. 1992. Brasil: a construção interrompida. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ, Paz e Terra. 87p.
- GRAMSCI, A. 1968. Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro, RJ, Civilização Brasileira. 161p.
- HARVEY, D. 2005. Condição pós-moderna. São Paulo, SP, Edições Loyola. 349p.
- HUERTAS, D. M. 2007. Da fachada atlântica ao âmago da hiléia: integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola. Dissertação Mestrado. São Paulo, SP, USP. 262p.
- KAHIL, S. P. 2009. Atualidade do território: esquizofrenia e manifestação. Comunicação apresentada em mesa redonda: "A Força do Lugar: na encruzilhada das verticalidades e horizontalidades". In: Seminário Milton Santos - A cidade o Brasil e o mundo hoje: desafios e perspectivas. São Paulo, SP, IEB/USP. (Texto cedido pela autora).
- MENEZES, J. A. de. 1993. A modernização do agribusiness do cacau. São Paulo, SP, Fundação Cargill. 223p.
- MORAES, R. C. C. de. 2006. Estado, desenvolvimento e globalização. São Paulo, SP, UNESP. 191p.
- NOBRE, M. 2012. Depois da formação. Revista Piauí (Brasil) 74(7):74-77.
- ROCHA, L. B. 2008. A Região Cacaueira da Bahia - dos coronéis a vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação. Ilhéus, BA, UESC/EDITUS. 181p.
- SANTOS, M. 2006. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo, SP, EDUSP. 354p.
- SANTOS, M. 1979. Espaço e sociedade: ensaios. Petrópolis, RJ, Vozes. 152p.
- SILVEIRA, M. L. 2002. Da fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: Rodrigues, A. B., org. Turismo: modernidade e globalização. 3 ed. São Paulo, SP, Hucitec. pp.36-45.
- SOUZA, M. A. A. de. 2006. Geografias de desigualdade: globalização e fragmentação. In: Santos, M.; Souza, M. A. A. de; Silveira, M. L., orgs. Território, globalização e fragmentação. São Paulo, SP, Hucitec. pp.21-28.
- VIEIRA, J. A. C. 2002. Últimas cicatrizes: os desafios do cacau. São Paulo, SP, Edições GRD. 361p.
- WALLERSTEIN, I. M. 2002. Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo. Rio de Janeiro, RJ, Vozes. 271p. ●